



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 5.764, DE 1990

(Do Sr. Gandi Jamil)

**Disciplina o aproveitamento de recursos minerais e energéticos em terras indígenas.**

(Apense-se ao Projeto de Lei nº 4.946, de 1990.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Depende de autorização do Congresso Nacional o aproveitamento dos recursos hídricos e potenciais energéticos, bem como a pesquisa e a lavra de riquezas naturais em terras indígenas.

Parágrafo Único. A autorização prevista neste artigo será precedida de audiência da comunidade indígena interessada, assegurada sua participação nos resultados da lavra no mínimo em dez por cento.

Art. 2º A fiscalização do cumprimento nesta lei caberá à Fundação Nacional do Índio ou órgão que a substitua, responsabilizada administrativamente sua direção por qualquer desídia em detrimento da comunidade indígena.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Por falta de regulamentação do § 3º do art. 231 da Constituição, continuam a agravar-se os problemas entre garimpeiros e tribos indígenas, principalmente na Amazônia, problema que convive com o desmatamento indiscriminado, que tem produzido seríssimas repercussões internacionais, além das insistentes acusações de genocídio de silvícolas brasileiros.

O preceito constitucional, embora claríssimo, não é auto-aplicável, por imperativo da técnica legislativa, pendendo de lei ordinária.

Na presente proposição, procuramos responsabilizar o órgão encarregado de proteger as populações indígenas pelo cumprimento da determinação constitucional e conseqüente regulamentação, para maior eficácia na garantia dos direitos dos silvícolas.

Justa e inadiável a medida, contamos com o apoio do colendo Plenário.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1990.  
\_ Gandi Jamil.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### TÍTULO VIII Da Ordem Social

#### CAPÍTULO VIII Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, **ad referendum** do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o  
disposto no art. 174, §§ 3º e 4º

.....  
.....